



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Objetivo: investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com a empresa Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA, para o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais.

EM: 17.04.2024

INÍCIO: 19h03min

PRESIDENTE: SR. ALEX REDANO

RELATOR: SR. PEDRO FERNANDES

MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

CONVIDADA: SRA. GISLAINE LEBRINHA

LOCAL: CUJUBIM

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 7ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com a finalidade de investigar e apurar possíveis irregularidades nos processos de criação de 11 (onze) unidades de conservação no Estado de Rondônia, bem como nos contratos pactuados com as empresas Permiam Brasil Serviços Ambientais LTDA e Biofílica Investimentos Ambientais S.A, que tem como escopo o desenvolvimento de projetos e conservações e explorações de carbono nas reservas estaduais, aos 17 dias do mês de abril de 2024, no Ginásio Esportivo Municipal de Cujubim.

Quero aqui agradecer a presença dos deputados: Deputado Pedro Fernandes, que é o idealizador desta Audiência Pública. Parabéns, deputado, pelo ótimo trabalho e pela dedicação. Quero agradecer também a Deputada Drª Taíssa, focada também, parabéns pelo ótimo trabalho. Quero aqui agradecer, enaltecer nossa grande amiga, grande Deputada Gislaine Lebrinha, está presente conosco nessa Comissão, nos apoiando.

Cumprimentar aqui, em nome do nosso querido Deputado Federal Lebrão. Obrigado, Lebrão, por sempre abrir as portas em Brasília e apoiar essa causa da Estação Ecológica Soldado da Borracha.

Agradecer aqui, em nome do Vereador Barata, agradecer a todos os vereadores, todas as demais autoridades presentes.

E neste momento peço ao Deputado Pedro Fernandes que faça a leitura da Ata da 6ª Reunião.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Presidente, peço dispensa da leitura da Ata, porque é bastante extensa e está

no processo também. Qualquer um que precisar das informações pode pedir a cópia da Ata que vai estar à disposição.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Está dispensada a leitura da Ata. E dou a Ata como aprovada.

Quero aqui submeter à apreciação da Comissão Parlamentar de Inquérito algumas pessoas que foram convidadas para dar o depoimento nas oitivas. O senhor Paulo Sérgio Loose Benevitz, que é morador da Linha Castanha, Soldado da Borracha; senhor Jânio Lopes Souza, popular Zoca; o senhor Gustavo da Silva Silveira Neto; e também o senhor Marildo da Costa Reis.

Como votam os deputados?

Como vota a Deputada Lebrinha?

A SRA. DEPUTADA LEBRINHA - "Sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - "Sim", Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - "Sim".

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Ficam aprovados os nomes que acabaram de ser lidos para a oitiva de testemunhas.

Meus amigos, para vocês entenderem, essa oitiva de testemunhas será arrolada no processo da CPI quando for judicializado. Então, é a importância desses processos, e aqui na CPI, nós estamos tendo um cuidado muito grande de seguir ao "pé da letra" todos os detalhes, pois qualquer erro pode ser passível de uma anulação de todo o processo. Então, na CPI nós temos que ter esse cuidado. Então, às vezes eu peço um pouquinho da paciência de todos os presentes, que é algo às vezes moroso, mas se nós pularmos etapas pode prejudicar todo o andamento da CPI.

Agradecer a presença do Prefeito João Becker, já encerrando os trabalhos, vamos compor a Mesa. E a CPI também, é um instrumento que nós estamos usando para poder demonstrar ao Poder Público que essa área é uma área diferente do que é colocado na mídia. Essas áreas são de pessoas que estão há 20, 30 anos nesses locais. São áreas que muitas propriedades têm escritura, têm escritura pública, têm toda a documentação. E muitas pessoas falam em reserva, reserva, só se for reserva de café, reserva de pastagem, de lavoura, porque hoje, a área está antropizada.

Então, eu não vejo o porquê de não liberar essas áreas para o cultivo. Nosso Estado precisa muito do homem do campo. O que sustenta o nosso Estado são vocês. Nós não temos grandes indústrias, grandes fábricas. O dinheiro que circula no nosso Estado, a maior parte vem da agricultura familiar. Então, nós precisamos encontrar mecanismos de liberar essas terras para as pessoas poderem produzir; as pessoas poderem trabalhar em paz. Tirar essa insegurança de: "Olha, vou investir, posso perder tudo que eu tenho". A pessoa tem que

trabalhar em paz e dormir em paz. Esse é o nosso objetivo da CPI.

Gostaria de convidar os deputados para as falas da CPI, mas antes, porém, eu gostaria de passar a palavra para o Doutor Doca, para dar mais explicações do andamento da CPI, para que todos possam entender. Com a palavra, Doutor Doca.

O SR. JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS (Doca) - Obrigado deputado. Boa noite a todos os presentes, senhores deputados, autoridades presentes. Muito boa noite.

Senhores, eu vou fazer um breve resumo do que é o ato que está sendo praticado nessa data de hoje. A CPI foi instaurada, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, para investigar os procedimentos ou processo administrativo de cada Unidade de Conservação. Se eles atenderam os ritos legais, os dispositivos legais, se todo o processamento foi feito, se fizeram os estudos técnicos, reuniões, audiências, que a legislação exige.

Nós já sabemos que o Decreto de desapropriação das áreas com o instrumento de proposta de indenização, não veio para nenhum dos senhores. Isso aí é fato, mas esse evento nós vamos discutir na Audiência que sucederá a reunião da Comissão.

Hoje, aqui, está sendo praticado um ato processual, porque a Comissão é um Processo Parlamentar de Inquérito, mas com poderes de investigação de polícia. Na reunião anterior, o Deputado Pedro convidou a Comissão para participar dessa Audiência Pública e na oportunidade, o Deputado Pedro até sugeriu que fizéssemos também, conjuntamente, a reunião da CPI.

Naquele momento, eu achei que não seria plausível por conta de que aqui nós vamos expressar as nossas mágoas, e esse ato que está sendo praticado agora é um processo. É uma inquirição. Vamos ouvir o que interessa para o processo, o que será requisitado.

A pergunta é: esse ato processual que consta nos autos aqui foi praticado de fato aqui nessa localidade? Então, na oportunidade, eu opinei que não, mas depois nós vimos que tem muita dificuldade da reunião da agenda dos deputados. E a Comissão, para se reunir, ela precisa de um quórum para dar legalidade, sob pena do ato praticado ser nulo.

Portanto, nós revemos e acabamos de aprovar, agora, os deputados acabaram de aprovar a oitiva de três pessoas. Nós elencamos quatro, porque, como vamos ouvir apenas uma Unidade de Conservação, a depender do que se extrai das oitivas aqui, nós podemos ouvir mais um ou nos atermos a três, que é o que está estabelecido lá desde o início no processo quando se quando se propôs a oitiva de três pessoas por amostragem de cada área objeto da Unidade de Conservação.

Então, que os senhores compreendam o quê? O que se busca extrair daqui é se aqueles atos processuais, que dizem ter sido praticados para cumprir os dispositivos legais, realmente aconteceram de fato. Para que, em uma possível acareação com os técnicos, nós vamos ouvir os técnicos que estão dizendo que vieram aqui, entrevistaram os senhores, fizeram todo o papel do estudo, de tudo aqui na Unidade de Conservação, o que não se observa dentro dos processos administrativos.

Então, esse ato será somente para que possamos instrumentalizar o processo legislativo. Aqui tem um elenco de questões e será feito pelos deputados que irão chamar as pessoas para as respectivas oitivas, ok? Compreendido a

todos? Posteriormente, a gente vai acelerar esse processo e daremos início à Audiência Pública e aos seus debates.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Eu gostaria, nesse momento, de convidar a Deputada Taíssa, que além de deputada, é advogada, para fazer as perguntas necessárias. Com a palavra a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa.

Vou convidar aqui o primeiro convocado, o Senhor Paulo Sérgio Loose Benevitz. Senhor Paulo, pode ficar na tribuna. Esteja à vontade e muito obrigado pela sua participação.

Com a palavra, Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa noite a todos e a todas. Primeiramente, aproveitar para cumprimentar o pessoal que está nos acompanhando pela internet, e dizer, Senhor Paulo, né? Correto. Senhor Paulo, eu gostaria de saber: desde quando o senhor ocupa sua área, e se ela é utilizada como moradia, ou não?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Boa noite. Como já dito, sou Paulo Sérgio, e a área em que eu resido é usada como moradia pela minha família. Ela foi aberta desde o ano de 2005, antes mesmo do marco temporal.

Eu tenho toda uma cadeia de contratos e até ficha de IDARON (Agência de Defesa Sanitária Agrossilvipastoril do Estado de Rondônia) dessa época. Comprei essa área em 2015 e desde lá resido, trabalho e dependo da minha propriedade.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Além da situação dos contratos que o senhor citou, de compra e venda, o senhor chegou a ter algum Título, georreferenciamento, CAR (Cadastro Ambiental Rural) e outra documentação em relação à sua área?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Título, Escritura Pública registrada em cartório, tenho CAR, tenho o georreferenciamento também. Não sei se tem mais alguma outra, mas é isso, basicamente seria isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor sabe me dizer se o seu Título definitivo possui alguma resolução, alguma resolução de ser alternativa ou não, ou ela é de forma definitiva?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Ele é... Não, agora não vou saber te responder, mas é um Título de propriedade.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Qual a atividade econômica que o senhor desenvolve na sua propriedade rural?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Hoje eu exerço duas atividades econômicas lá. Além do gado, eu tenho também uma horta na propriedade e faço escoação desses produtos para rede de mercados Irmão Gonçalves.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A propriedade que o senhor tem é essencial para o sustento da sua família?



O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Sem isso a gente passa fome. É simples, a resposta é só essa.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, eu pergunto assim para gente deixar registrado.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Sim, sim, sim. Mas a resposta seria essa: sem o Soldado da Borracha, sem a propriedade que eu adquiri ali com a minha família e com muito suor, a gente passaria fome. A gente só depende dela para viver.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Alguma vez o senhor foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou alguém de algum órgão que foi lá falando que iria criar alguma reserva e avaliando, verificando o lote, verificando as pessoas que moravam, catalogando alguma coisa?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Não, nunca. Nunca nem vi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sobre essa ida de algum técnico ou alguma coisa, o senhor não lembra se isso tudo que o senhor está me falando é antes de 2008 ou depois de 2008?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Desculpa, eu não entendi.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Dezoito. 2018.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Tá. Eu não entendi o que você... se puder repetir...

A SRA. DRA. TAÍSSA - Relacionado a algum técnico, alguém de alguma empresa, alguém relacionado à situação de querer criar alguma reserva no período antes de 2018, compareceu na sua propriedade ou não?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca, nunca apareceu ninguém lá.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor sabe me dizer se o senhor já chegou a conhecer uma senhora chamada Isadora Araújo Chagas, que é engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Dalita da Silva Rover, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca nem ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Darius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Nunca ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também nunca ouvi falar.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Também não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Silvia Gonçalves?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Só para... em algum momento, não compareceu nem... qualquer pessoa que seja, se identificando, ou com o crachá, relatando que aquela localidade seria a estação ecológica, ou seria alguma criação de reserva enquanto o senhor está lá, desde a época em que o senhor está lá?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu só ouvi falar de estação ecológica em dois momentos da minha vida: quando eu peguei minha escritura registrada em cartório e fui tentar fazer uma Inscrição Estadual e não consegui; e pela televisão, quando me falaram, mas nunca ouvi falar de estação ecológica antes.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Esse período que o senhor foi lá verificar essa situação que o senhor ouviu falar, foi em que ano?

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Dessa vez que fizeram... que me negaram a Inscrição Estadual foi ano... final do ano passado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Sem mais perguntas, Presidente.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Quero agradecer ao senhor Paulo Sérgio. Muito obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Eu que agradeço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Fica à vontade.

O SR. PAULO SÉRGIO LOOSE BENEVITZ - Valeu.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Gostaria de convidar o senhor Janio Lopes Souza, que é o nosso amigo Zoca. Senhor Zoca, muito obrigado mais uma vez por estar participando e colaborando com Assembleia Legislativa.

Convido a Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa. Convido a Excelentíssima Senhora Deputada Gislaine Lebrinha para proceder às perguntas.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Boa noite a todos. É uma satisfação estar aqui presente hoje nesta Audiência.

Deputado Alex, te parabenizar pela condução dos trabalhos aqui na CPI.

Senhor Zoca, obrigada pela participação. Janio Lopes Souza. Eu vou fazer algumas perguntas para o senhor, para que a gente possa aqui registrar.

Desde quando o senhor ocupa a área, e se utiliza como moradia ou não?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Boa noite a todos. Boa noite ao pessoal.

Essa área eu adquiri em 2007. São mais de uma área que eu tenho ali, e eu, na verdade, diferente do Paulo e de outras pessoas, eu optei em fazer manejo florestal, porque na época era o que era permitido e o que a lei dizia que podia ser feito, na época que eu adquiri. E assim eu o fiz.

Então, desde 2005 que eu já estou no Soldado da Borracha. Tenho Escritura Pública registrada em cartório, documentação, tudo dentro da legalidade, dentro daquilo que a lei exige.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Obrigada. E o senhor disse que possui já Escritura Pública, não é? Então, o senhor possui Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não, pelo sistema SIGEF (Sistema de Gestão Fundiária), o CAR, o senhor também possui algum outro documento?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - O manejo exige toda essa documentação. Então, como o manejo foi construído, e foi aprovado, eu tenho toda a documentação exigida.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Perfeito.

Atividade o senhor desenvolve? O senhor falou que é o manejo, não é? Alguma outra atividade o senhor desenvolve na área?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não, é o manejo florestal. Eu optei em fazer o manejo. Inclusive, é bom deixar registrado que eu tomei um baita de um prejuízo, porque eu construí o manejo e não pude explorar, porque virou reserva. E aí o meu dinheiro ficou empatado, o governo recebeu as taxas, recebeu tudo, e não me autoriza a exploração do manejo.

Então, é como se fosse, desculpe eu estar estendendo a situação, que é para ficar bem claro a situação, que eu fiz o que era necessário, o que a lei permitia à época, e com a criação da reserva o meu prejuízo é imenso.

O meu manejo tem 7 mil m<sup>3</sup> de madeira que foi proibido de explorar, e que, hoje, a preço de mercado, vale um bom dinheiro.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor foi entrevistado por algum técnico da Sedan, qualquer outra empresa na pretensão de o Estado criar alguma unidade de conservação naquela área? Caso tenha sido visitado por um técnico, sabe precisar o nome da empresa ou pessoa, antes dessa data de 2018?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Nunca fui procurado por ninguém, por nenhum órgão, por nenhum funcionário da Sedam,

nem de outro órgão para ser entrevistado. E eu quero aqui, deputada, deixar registrado que a gente sabe que as pessoas que foram entrevistadas – e é importante, eu acredito, a CPI saber disso, se não estiver dentro dos autos –, que as pessoas que foram entrevistadas à época, quando foi feito o processo administrativo para a criação da reserva, elas não moram no Soldado da Borracha. Os moradores do Soldado da Borracha não foram entrevistados, nem foram procurados.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor nesse tempo ficou sabendo de alguma informação confiável, se houve esse estudo na região? Se algum técnico passou fazendo esses estudos? Se permaneceram na região por algum tempo?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Nunca, nunca, nunca fui informado disso aí. E nunca fui convidado para Audiência, nem para nada nesse sentido. E eu deixei bem claro aí, que as pessoas que foram entrevistadas não moram dentro do Soldado da Borracha. São pessoas de outra localidade.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Deputado Pedro Fernandes, quer complementar?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Complementar aqui. Quanto à situação de optar pelo manejo, no seu Título tem essa cláusula resolutiva que obriga a fazer o manejo ou não?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Deputado Pedro Fernandes, na verdade, antes da criação da reserva, a lei 2030, ou melhor:



230, que criou a o zoneamento socioeconômico e ecológico, dizia que aquela área ali era a área 2.1 e que só poderia fazer manejo. Então, por esse motivo, eu obedeci naquela época.

O Título definitivo tem escrito, nas costas dele, dentro das cláusulas resolutivas, "exploração agropecuária". Está escrito no Título. No Título. E o Título tem outra coisa escrito nele, que talvez as pessoas não observaram, que ele tem valor de Escritura Pública.

Quando o Incra emitiu o Título para as pessoas, que são os antigos Soldados da Borracha, de quem nós adquirimos eles, está escrito no Título: "exploração agropecuária" e está escrito no Título que ele tem validade de Escritura Pública.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Vou conceder aparte, também, à Deputada Dr<sup>a</sup> Taíssa.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Satisfeito, satisfeito.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Na verdade, só para esclarecer: o senhor falou que, na verdade, as pessoas que foram entrevistadas eram de outra área, não é? O senhor consegue definir de qual área eram essas pessoas que foram entrevistadas?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Quando começou essa situação desses debates, não os da CPI, eu estou falando do passado, quando a gente começou a criar situações, que nós fomos

prejudicados. De que forma? Nós não fomos procurados, não houve nada para poder fazer a criação da reserva.

Então, a gente foi atrás de ver certas coisas, de que forma teria sido feito o processo administrativo. E nós conseguimos descobrir que algumas pessoas, das que foram entrevistadas, moram na Gleba Rio Preto e não dentro do Soldado da Borracha.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Perfeito. O senhor conhece alguma dessas pessoas que eu vou citar - conhece ou já viu na região, ou falou alguma coisa de alguns estudos: Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Dalita da Silva Rover, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Silvia Gonçalves, bióloga?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não conheço.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor já participou de alguma reunião, oficina, evento que indicaram com clareza qual seria a modalidade de unidade de conservação que se estaria criando na área do Soldado da Borracha, e, quais as respectivas consequências dessas criações, tais como, o que poderia ou não ser praticado dentro e nos limites dessa unidade? O senhor já participou de alguma reunião nesse sentido?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Nunca fui convidado e nunca participei.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - O senhor se lembra ainda se foi tratado de alguma reunião ou oficina onde se cogitou, pelo menos, alguma relação e criação de uma estação ecológica nessa região em que o senhor reside?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Alguma consulta? Nada nesse sentido?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Não.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA - Obrigada. Presidente.

O SR. JANIO LOPES SOUZA - Eu que agradeço.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Mais alguma pergunta? Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Só para complementar, o seu manejo foi aprovado pela Sedam?

O SR. JANIO LOPES SOUZA - O manejo foi aprovado. Saiu a Autex (Autorização de Exploração Florestal). Aí, quando criou a reserva, ele foi bloqueado, porque disse que não pode passar dentro do Soldado da Borracha.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Satisfeito.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, senhor Zoca.

O Paulo Sérgio tem umas imagens, mas devido ao tempo escasso vamos, durante a audiência pública será transmitido, exibido.

Convido o senhor Gustavo da Silva Silveira Neto. Está presente? Passo a palavra ao Excelentíssimo Senhor Deputado Pedro Fernandes para proceder às perguntas. Muito obrigado ao senhor Gustavo da Silva. Fique à vontade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Gustavo da Silva, desde quando ocupa a área? E se utiliza como moradia ou não?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Bem, a área nossa foi comprada em 2015. Porém, ela tem abertura e uma Cadeia Dominial de documentação que nós temos dela desde 2002. Nós compramos ela e veio morar com família, criança, pai, mãe, e produzimos ali em cima, inclusive nós somos conhecidos ali como o "povo do abacaxi".

Quando nós chegamos ali, nós plantamos 70 mil pés de abacaxi, na época. E nós vivemos do trabalho da pecuária, do gado leiteiro, do nosso suor ali naquela área. Desde 2015 nós moramos naquele lugar. Mas, a Cadeia Dominial de documentos que nós possuímos dela é desde 2002.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem. Qual documento que o senhor possui da área? Se é Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não? Se no sistema SIGEF, CAR, etc, qual o documento que o senhor tem lá da propriedade?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Nós temos ali Escritura Pública da nossa área, tem o CAR aprovado, nós temos ali georreferenciamento aprovado, aprovado pelo SIGEF, nossa propriedade; temos financiamento pelo Banco do Brasil, que não é pouco, em cima da nossa área. O banco aprovou toda a documentação nossa e passou, nossa área ali. Então, nós temos toda a cadeia de documento aprovada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Satisfeito.

Qual a atividade desenvolvida lá, que o senhor trabalha hoje?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Hoje é tanto na área de agricultura quanto na pecuária nós trabalhamos, a família, agricultura familiar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor já foi entrevistado por algum técnico da Sedam ou qualquer outra empresa sobre a pretensão de o Estado criar uma unidade de conservação naquela área? Caso tenha o técnico visitado, sabe precisar o nome da empresa ou da pessoa?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Nunca vi nenhum técnico, nenhuma empresa lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sabe ou possui informação confiável de quanto tempo esses técnicos que realizaram os ditos estudos? Se não teve, essa pergunta não tem fundamento. Beleza.

Conhece alguma dessas pessoas que eu vou citar aqui, já viu elas na região, na época da realização dos estudos: a senhora Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal. O senhor já ouviu falar?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dalita da Silva Rover, engenheira florestal? Já viu?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas. Você já viu lá na área?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Não. Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Nunca viu?

Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Também não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Não.



O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Não também.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - E Sílvia Gonçalves, uma bióloga, você a viu por lá?

O SR. GUSTAVO DA SILVA SILVEIRA NETO - Não.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, Presidente, eu me dou por satisfeito às perguntas. Pode conduzir e dispensar o entrevistado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Pedro Fernandes. Quero agradecer aqui ao senhor Gustavo da Silva, nosso muito obrigado.

Convocamos o senhor Marildo da Costa.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Boa noite, senhores.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Marildo da Costa Reis, nosso muito obrigado.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Obrigado pela presença.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado a toda a Mesa Diretora. Boa noite ao povo aqui presente. Boa noite a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado pela presença do senhor. Eu convido novamente aqui o nosso anfitrião. Esse grande deputado tem feito um trabalho maravilhoso. Uma pessoa que tem uma humildade do tamanho do mundo e vem abrindo muitas portas. Parabéns Deputado Pedro, obrigado por nos receber tão bem. Obrigado a população de Cujubim pelo carinho e por acreditar no nosso trabalho.

Passo novamente a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Quero agradecer a presença na nossa reunião da CPI, do Deputado Lebrão - Deputado Federal -, uma pessoa importante aqui na nossa região.

Marildo da Costa Reis.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Isso.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Eu vou fazer alguns questionamentos, o senhor me responda conforme a verdade. Desde quando o senhor ocupa a área e se a utiliza como moradia, ou não?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Desde julho de 2014.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor mora lá?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Moro, desde essa data.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor mora lá desde essa data?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Moro, desde essa data.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qual o documento o senhor possui da área? O senhor possui Título definitivo, georreferenciamento aprovado ou não pelo sistema SIGEF, o CAR e algum outro documento? O senhor pode nos falar?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Eu quero testificar para vocês que eu possuo a cadeia de documentos públicos da minha propriedade, que são duas, desde o Título definitivo de 1980

- eu não era nem nascido. Aí do Título, o primeiro possuidor, proprietário e Escritura Pública registrada em cartório.

O segundo, Escritura Pública registrada em cartório.

Eu que sou o terceiro dono, de 2014, julho de 2014, Escritura Pública registrada em cartório; georreferencial; CAR, tudo que manda a lei, de um proprietário, possuidor de uma propriedade.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Qual a atividade desenvolvida pelo senhor lá na área?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Pecuária de gado de corte.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - O senhor já foi entrevistado nesse tempo que o senhor mora lá, antes de 2018, no caso antes da criação, por algum técnico da Sedam, ou qualquer outra empresa, sobre a pretensão do Estado criar uma Unidade de Conservação naquela área? Caso tenha o técnico visitado, sabe precisar o nome da empresa ou da pessoa?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca fui entrevistado por ninguém. Eu vim ter conhecimento dessa situação do "Soldado da Borracha Estação Ecológica", agora em 2020.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Muito bem. Eu vou perguntar aqui de algumas pessoas que constam que estiveram lá fazendo o estudo e as entrevistas. E eu vou perguntar para o senhor, se o senhor viu essas pessoas lá, se o senhor

ficou sabendo que elas estiveram por lá: a senhora Isadora Araújo Chagas, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dalita da Silva Rover, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Dárius Augustus Váquer Araújo e Osvaldo Castro Oliveira, extrativistas?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Priscila Rocha, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço e nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Senhor Paulo Sérgio Lima, gestor ambiental?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço e nunca vi lá.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Elli Winte Shockness, engenheiro florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca Vi, nunca, não conheço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sebastiana Socorro da Silva Almeida, engenheira florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Nunca encontrei, nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Márcio Antônio Nunes Brandão, engenheiro florestal?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Sílvia Gonçalves, bióloga?

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Não conheço, nunca vi.

O SR. PEDRO FERNANDES (Relator) - Então, eu dou por encerrada a minha participação nas perguntas e o Presidente pode conduzir a reunião.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Muito obrigado ao Senhor Marildo da Costa Reis.

O SR. MARILDO DA COSTA REIS - Obrigado a todos.

O SR. ALEX REDANO (Presidente) - Meus amigos, eu gostaria de fazer uma sugestão aos deputados, para nós já encerrarmos a reunião da CPI e todos nós usarmos a palavra durante a Audiência Pública.

Quero também enaltecer e agradecer a presença da Doutora Corina, que é irmã do nosso Deputado Pedro Fernandes; o Doutor Tássio, Advogado Eleitoral, que acompanha a Sessão também, e de todos os demais amigos presentes.

Sob a proteção de Deus, declaro neste momento, encerrada a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado a todos.

**(Encerra-se esta Reunião às 19 horas e 43 minutos)**

***(Sem revisão dos oradores)***